

ORIENTAÇÕES

1. Esta prova é composta de 15 (quinze) questões objetivas e 2 (duas) questões discursivas.
2. Cada questão objetiva vale 0,33 (trinta e três décimos de ponto), totalizando 5 pontos.
3. Deverá ser assinalada apenas uma opção/letra no gabarito. Questões rasuradas no gabarito não terão atribuição de pontuação.
4. As questões discursivas valem 2,5 (dois pontos e meio) cada, totalizando 5 (cinco) pontos.
5. As notas das duas provas serão somadas, sendo a nota máxima possível igual a 10 (dez).
6. Em caso de empate, valerá a maior nota obtida na parte discursiva.
7. As questões discursivas deverão ser transcritas em espaço próprio para isso e, assim como para o gabarito, deverá ser utilizada caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
8. O verso desta página pode ser utilizado para rascunho.
9. Não será permitida a consulta a material de nenhuma espécie, nem o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, *smartphones*, *tablets* e similares.
10. Não será permitido levar a prova para casa, mas será permitido anotar o gabarito.
11. É proibida a comunicação entre os candidatos uma vez iniciada a prova.

BOM DESEMPENHO!!!

QUESTÕES DISCURSIVAS

Discorra sobre os temas abaixo, utilizando, no máximo, 30 linhas, para cada, observando os tópicos elencados em cada um. Para a atribuição de nota, será observado também o correto uso da Língua Portuguesa.

TEMA 1

Recuperação Judicial. Objetivo. Efeitos sobre o curso da prescrição e ações e execuções em face do devedor. *Stayperiod*. Efeitos sobre os direitos e privilégios dos credores contra os coobrigados.

TEMA 2

Terceirização. Definição. Tratamento legislativo. Entendimento do STF sobre o tema.

1. Sobre a empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:

- a) o capital social devidamente integralizado não será inferior a 500 salários mínimos vigentes no País
- b) não poderá resultar da concentração das quotas de outras modalidades societárias
- c) a pessoa natural que constituir EIRELI somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade
- d) conforme o Código Civil, no que couber, aplicam-se a EIRELI as regras previstas para o empresário individual
- e) o nome empresarial da EIRELI dispensa a inclusão da referida expressão após a firma ou denominação

2. Acerca da solidariedade, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.
- b) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- c) Na solidariedade ativa, cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- d) Importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.
- e) O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores.

3. Sobre a prescrição é **INCORRETO** afirmar:

- a) a exceção prescreve no mesmo prazo da pretensão
- b) os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes
- c) a prescrição interrompida começa a correr do ato que a interrompeu ou do último ato do processo para a interromper
- d) a renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita
- e) qualquer atodo devedor, ainda que inequívoco, reconhecendo a dívida extrajudicialmente não interrompe a prescrição

4. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é:

- a) uma empresa pública estadual
- b) uma sociedade de economia mista estadual
- c) uma empresa pública federal
- d) uma sociedade de economia mista federal
- e) uma autarquia federal

5. **NÃO** é uma característica comum às sociedades de economia mista e às empresas públicas:

- a) composição do capital social integralmente pública
- b) regime celetista de contratação de empregados
- c) necessidade de concurso público para contratação de pessoal
- d) personalidade jurídica de direito privado
- e) criação dependente de autorização em lei específica

6. Sobre petição inicial é correto afirmar:

- a) antes de indeferir a petição inicial por falta dos requisitos legais, o

- juiz deve dar prazo para que o autor a emende
- não é requisito indicar as provas com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados
 - caso o autor não indique o CPF ou o CNPJ do réu a petição inicial será indeferida, ainda que este seja citado validamente
 - é ilícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos
 - mesmo quando a lei admitir pedido genérico, não é possível formular pedido indeterminado

7. São títulos executivos extrajudiciais,

EXCETO:

- contrato garantido por hipoteca
- sentença penal condenatória
- escritura pública
- cheque
- documento particular assinado pelo devedor e duas testemunhas

8. Analise as assertivas a seguir e, na sequência, assinale a opção que contém a resposta correta:

I. A execução pode ser promovida contra o espólio, os herdeiros ou os sucessores do devedor.

II. A execução poderá ser proposta no foro de domicílio do executado, de eleição constante do título ou, ainda, de situação dos bens a ela sujeitos.

III. Tendo mais de um domicílio, o executado poderá ser demandado no foro de qualquer deles.

- Nenhuma das alternativas é correta
- I e II são corretas
- I e III são corretas
- II e III são corretas

e) Todas as alternativas são corretas

9. Havendo mais de um devedor, com diferentes domicílios, a ação de execução deverá ser proposta:

- necessariamente no foro de domicílio do devedor principal;
- no foro de qualquer deles, à escolha do exequente;
- no foro de qualquer deles, à escolha do juiz;
- necessariamente no foro de domicílio do interveniente hipotecante;
- necessariamente no foro de domicílio do fiador ou avalista.

10. Associe os conceitos relativos aos títulos de crédito e marque a opção correta:

() cartularidade

() literalidade

() aval

() cheque

(1) Vale apenas o que estiver expresso no título

(2) Exigência da existência material do título

(3) Ordem de pagamento à vista

(4) Garantia cambiária

a) 1, 2, 3, 4

b) 2, 1, 4, 3

c) 1, 4, 3, 2

d) 4, 2, 1, 3

e) 3, 4, 2, 1

11. Acerca de falência e recuperação judicial, analise os itens a seguir e marque a opção sequencial correta:

I. A falência tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do

emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

II. A recuperação judicial, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa.

III. Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.

- a) Nenhuma das alternativas é correta
- b) Todas as alternativas são corretas
- c) Somente III é correta
- d) Somente II é correta
- e) Somente I é correta

12. Sobre aval e fiança é **INCORRETO** afirmar:

- a) aval é garantia cambiária, enquanto fiança é garantia contratual
- b) aval deve ser dado no próprio título, enquanto a fiança pode ser prestada em documento diferente
- c) aval é autônomo, enquanto a fiança é acessória a um contrato principal
- d) aval e fiança, em regra, não admitem benefício de ordem
- e) ambos são garantias pessoais

13. Analise as assertivas abaixo, assinalando V para as verdadeiras e F para as falsas. Ao final, marque a alternativa correta:

I. O princípio do *in dubio pro misero* determina que toda circunstância mais vantajosa em que o empregado se encontrar habitualmente prevalecerá sobre a situação anterior e que todo tratamento favorável ao trabalhador, concedido tácita e habitualmente, deve sobrepor-se;

II. Segundo entendimento majoritário do Tribunal Superior do Trabalho, a ajuda alimentação prevista em norma coletiva em decorrência de prestação de horas extras tem natureza indenizatória e, por isso, não integra o salário do empregado bancário;

III. Não havendo prova do ajuste de vigência do pacto laboral, a presunção é de que o contrato de trabalho será por prazo indeterminado. Isso é decorrência direta do princípio da prevalência da condição mais benéfica ao trabalhador;

IV. Para o Direito do Trabalho, os fatos reais devem prevalecer sobre as formas. Assim, um empregado público não pode ser desviado de sua função para exercer de fato outra diversa, sem concurso público que autorize a investidura nesta nova atribuição, sob pena de violação direta do princípio da primazia da realidade;

V. Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho poderão restringir direitos legalmente previstos e criar obrigações que não estejam previstas em lei.

- a) I, II, III, IV e V são verdadeiros;
- b) Somente I e III são verdadeiros;

- c) Somente II e IV são verdadeiros;
- d) Somente I, II e IV são verdadeiros;
- e) Somente II, IV e V são verdadeiros.

14. Analise as assertivas abaixo, assinalando V para as verdadeiras e F para as falsas. Ao final, marque a alternativa correta:

I. Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador;

II. As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário;

III. Vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço, serão considerados como salário para todos os efeitos legais;

IV. Segundo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papéis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, se exercida essa atividade no horário e no local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso, do banco empregador;

V. Segundo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, o bancário sujeito à regra do art. 224, § 2º, da CLT

cumprir jornada de trabalho de 6 (seis) horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da sexta.

- a) I, II, III, IV e V são verdadeiros;
- b) Somente I e II são verdadeiros;
- c) Somente II e IV são falsos;
- d) Somente I, II e IV são verdadeiros;
- e) Somente I, IV e V são verdadeiros.

15. Analise as assertivas abaixo, assinalando V para as verdadeiras e F para as falsas. Ao final, marque a alternativa correta:

I. Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos;

II. A empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, ou subcontrata outras empresas para realização desses serviços;

III. Segundo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, o sábado do bancário é dia útil não trabalhado, não dia de repouso remunerado. Cabe, portanto, a repercussão do pagamento de horas extras habituais em sua remuneração;

IV. Segundo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, o valor das horas extras habituais não integra a remuneração do trabalhador para o cálculo das gratificações semestrais;

V. Segundo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, o divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário será 180, para os

empregados submetidos à jornada de seis horas prevista no caput do art. 224 da CLT.

- a) Somente I, II, III e V são verdadeiros;
- b) Somente I e II são verdadeiros;
- c) Somente II, IV e V são falsos;
- d) Somente I e IV são verdadeiros;
- e) Somente I, II e V são verdadeiros.

